

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Hipocrisia

MIGUEL REALE

Se há uma questão que nos une a todos os brasileiros é esta da Amazônia, a qual não pode ser transformada em pretensão contrapeso da tecnologia poluidora do Primeiro Mundo.



Os Estados Unidos da América, que têm liderado esta inominável campanha contra a soberania brasileira, não poderiam ter escolhido assunto mais propício para revelar quais são os seus reais propósitos no que se refere à emancipação cultural e econômica dos povos considerados subdesenvolvidos, cujo progresso somente parece interessar aos norte-americanos na medida em que não vejam ameaçados seus planos de predomínio econômico.

Tudo leva a crer que, após os inesperados sucessos do Plano Marshall, que permitiu o reerguimento surpreendente do Japão, da Alemanha ou da Itália, operou-se mudança substancial na mentalidade "yankee", hoje prevenida contra a prestação de auxílio a países que, por sua potencialidade, possam se converter em seus competidores no mercado internacional.

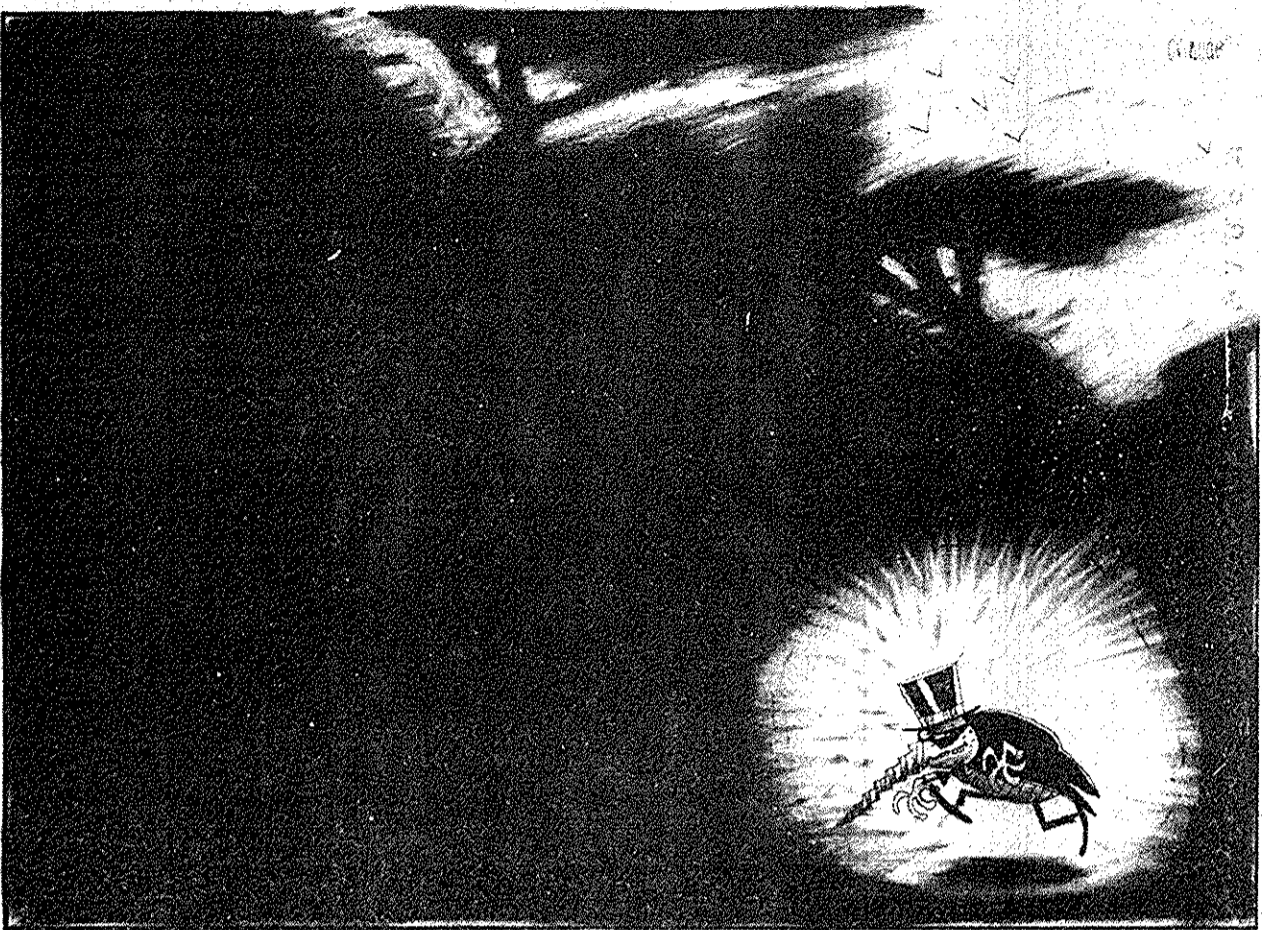
Sinto-me à vontade para unir a minha palavra à unanimidade da opinião pública nacional, somente tisonada pela voz discordante de alguns de nossos ecologistas com razão denominados "ecoideologistas", cuja atitude desavisada constituiu a fonte inspiradora dessa campanha que representa o mais recente e absurdo atentado ao princípio da autodeterminação dos povos.

Digo que me sinto à vontade para tratar do problema amazônico porque, como o comprovam diversos artigos publicados nesta página da Folha de S. Paulo, tenho condenado com veemência o nacionalismo xenóforo que levanta barreiras à livre concorrência, optando por medidas protecionistas que, salvo casos excepcionais, menos protegem do que encobrem falsos interesses nacionais.

No caso do "desmatamento da Amazônia", anunciado com tanto alarde, não há, porém, uma só razão plausível para legitimar a agressão de que o Brasil está sendo vítima, a começar pela absoluta desinformação revelada por chefes de Estado, como os presidentes Bush e Mitterrand, que deviam ter maior senso de responsabilidade.

Observo que ninguém com um pouco de bom senso está pregando a destruição indiscriminada e irracional da floresta amazônica, para substituí-la por pastagens e plantações de precário êxito, dada a conhecida estrutura do solo, cuja fragilidade em termos de produção agro-pastoril tem sido objeto de estudos nacionais serenos e objetivos.

Assim sendo, a ninguém mais do



A pergunta da Folha

Você acha que o Brasil deve vincular a preservação da Amazônia à obtenção de condições mais favoráveis na negociação da dívida externa?

que aos brasileiros interessa a exploração racional da maior reserva florestal do planeta, exigindo planos cientificamente concebidos com todas as cautelas e precauções. Se têm havido abusos, forçoso é reconhecer que estes ainda se limitam a uma área diminuta, em termos de região amazônica, mas que a má fé calcula em confronto com a superfície da Holanda ou da Suíça... A interferência estrangeira chega, no entanto, ao desprazer de insurgir-se contra a construção de uma rodovia destinada a ligar o Brasil ao Peru, abrindo novos espaços de produção e trabalho de valor incalculável para ambas as nações!

Mas, se o escarcéu universal não tem fundamento, no que se refere à "área devastada" —onde, na realidade, assistimos a um novo bandeirismo, não em busca de esmeraldas, mas para plantio de milho, arroz e soja e o abastecimento de todos os povos da Terra— tem-no ainda menos quanto à tão alegada ofensa aos direitos das populações indígenas, que a demagogia de nossa Assembléia Nacional Constituinte converteu nos maiores latifundiários

do planeta. Comparem-se os imensos territórios legados a bem poucas centenas de milhares de nossos índios com as reduzidas "reservas" norte-americanas, onde pequenas tribos atestam um dos maiores genocídios de todos os tempos, com o general Curter à frente, ainda hoje glorificado nos "enlatados" que nossas inconscientes televisões exibem, e teremos a prova mais eloquente de um dos episódios mais hipócritas da história contemporânea.

O certo é que, a pretexto de proteção à floresta amazônica e aos índios, levanta-se a atoarda conjugada de imperialistas, ecologistas e missionários, em função de cujos variados interesses e pontos de vista deveríamos manter desaproveitadas todas as riquezas minerais e os incalculáveis potenciais econômicos da Amazônia.

A realidade, porém, é bem outra. Salvo algumas tribos ainda não aculturadas, o que temos são agueridas tribos de felizes proprietários de novas sesmarias, —que somente se distinguem de nossos caboclos pela maneira de se vestir ou se desvestir—, como aqueles que desa-

fiaram os representantes de Estado em Altamira, visando a impedir a construção no Xingu de uma hidrelétrica essencial a urgentes necessidades do país, sob pena de sofrermos, dentro de breve tempo, aterradora crise de energia elétrica, acrescida pela "proibição alienígena" de novas termoneucleares...

Tudo se conjuga, pois, para a maior farsa de nossa época, com os aplausos dos "ecoideologistas", sobretudo para gáudio de alguns antropólogos nacionais e estrangeiros, que pretendem sejam mantidas intocáveis as malocas, que de tempos a tempos visitam, para verificar se ainda procedem as teses de Lévy-Strauss sobre os nossos "tristes trópicos"...

Por todas essas razões, querer subordinar a concessão de empréstimos externos à aceitação pelo Brasil de medidas ecológicas de qualquer espécie, além de demonstrar o alto desprezo com que as nações desenvolvidas encaram o resto do mundo, constitui escusa inqualificável feita por quem desconhece a altivez da gente brasileira, pronta a arrostar quaisquer sacrifícios para não ceder um instante sequer nas prerrogativas de sua soberania.

MIGUEL REALE, 77, jurista, é membro da Academia Brasileira de Letras, professor emérito e ex-reitor do USP.

Uma solução

WERNER E. ZULAUF

O estado de perplexidade a que foi levado o país ao longo do governo de transição tem suas raízes em diversos fatores anteriores ao governo Sarney, o qual apenas agravou o quadro por carência de legitimidade e incompetência generalizada. A falta de um estadista que imponha respeito interna e externamente tumultuou a nação ao ponto de criar uma expectativa além do que seria normal em relação à sucessão que terá lugar no final deste ano.



Neste cenário, pelo efeito gatilho da escopeta que matou Chico Mendes, transbordou para dentro do país a revolta que agita a opinião pública do hemisfério norte, alimentada pelas imagens incontestáveis dos satélites e das câmeras de TV, que não têm mostrado nada mais do que a verdade sobre as queimadas da floresta amazônica.

Entre os fatores anteriores ao governo Sarney deve ser destacada a enorme dívida externa, engordada pelos altos custos dos serviços dessa dívida de juros e taxas variáveis, variações estas comandadas unilateralmente pelos banqueiros internacionais e por conjunturas manipuladas pelos mesmos.

A dívida é imensa, cerca de mil dólares por habitante, inclusive os favelados das cidades, os sem-terra e suas respectivas rumas de filhos.

Outro fator que não se pode nem se deve lançar na já pesada mochila do governo Sarney é a política de incentivos fiscais para a ocupação da Amazônia, praticada pela Sudam, e as obras rodoviárias que cortaram a selva, início do processo infeccioso do maior santuário ecológico do mundo. Até Juscelino paga no purgatório o pecado de ter iniciado a construção de estradas na Amazônia. Sua Belém-Brasília, embora tangenciasse apenas a leste a imensa mata, serviu de aperitivo para as grandes empreiteiras que, a partir daí, lançaram com avidez seus instrumentos de pressão sobre os governos que o sucederam, engolindo as generosas fatias do bolo rodoviário financiado pelos petrodólares, o principal daquilo que constitui hoje a dívida externa brasileira.

Exatamente há um ano eu tive a honra de, em companhia do hoje secretário da Agricultura de São Paulo, deputado Walter Lazzarini, do deputado Ademar Duwe de Santa Catarina e do jornalista William

Waack, ser recebido em audiência pelo ministro do Meio Ambiente da República Federal da Alemanha, Klaus Toepfer. Naquela ocasião, bem como na reunião seguinte, no Ministério da Cooperação Econômica, formulei a proposta de se casar os dois mais agudos problemas brasileiros da atualidade: a proteção das florestas tropicais úmidas —Amazônia e Mata Atlântica, e a dívida externa. Argumentei que, isoladamente, não tínhamos condições de resolver, por meios convencionais, nenhum dos dois problemas. As dimensões inusitadas das florestas exigiam verdadeiras operações de guerra para estancar a devastação, o que não se realizaria sem recursos de grande monta, os quais simplesmente não existiam em nosso país, asfixiado pelo peso da incrível demanda de recursos para setores vitais como o social e a infra-estrutura para o desenvolvimento. A dívida externa, por sua vez, é impagável, o que não é contestado por nenhuma pessoa física ou jurídica, medianamente informada.

A proposta consistia exatamente em, pelo lado estrangeiro, aliviar substancialmente a dívida, mediante compromisso do governo brasileiro de alterar a política de ocupação das florestas e de estruturar o Sistema Nacional do Meio Ambiente para a fiscalização da nova política, usando para isso os recursos que deixaria de enviar ao exterior.

A resposta das alemãs foi de apoio à idéia, desde que a formulação oficial da proposta fosse feita pelo governo brasileiro. Recordo-me perfeitamente que aquelas autoridades acrescentaram: "se a proposta partir de nós o risco de sermos acusados de ingerência nos assuntos internos no Brasil"... Pré-cogitação!

É preciso distinguir a origem das pressões que acabam usando a máquina político-diplomática e bélica dos países fortes contra os fracos. A forma clássica de intervenção tem sido, ao longo da história, a militar, a partir de conflitos de origens econômica, religiosa ou cultural, tendo resultado dessas ações o colonialismo que marcou a tantas nações, inclusive o Brasil, durante mais de três séculos.

Modernamente novas formas de colonialismo foram desenvolvidas pelo poder econômico, onde são asseguradas as independências das "colônicas". Neste caso os grupos com interesses atuam através de mecanismos econômico-financeiros,

mas sutis e eficientes. As influências para abrir caminhos são exercidas pelos canais político-diplomáticos a partir das pressões das grandes empresas, não importando nesta análise distinguir entre as razões legítimas e as menos éticas. Através dessa forma já passaram para mãos estrangeiras extensas propriedades da Amazônia, sem que o governo brasileiro jamais tivesse brandido que a soberania da nação estava sendo ameaçada.

No caso das queimadas na Amazônia a origem está longe de qualquer uma das formas clássicas. Trata-se da consciência coletiva da ruptura iminente das regras que regulam o clima terrestre, onde todos sofreremos as consequências, ricos e pobres, tal como o navio que naufraga e sacrifica igualmente os passageiros das primeira, segunda e terceira classes.

O que os brasileiros ainda não conheciam é a intensidade dessa consciência nas regiões desenvolvidas do hemisfério norte, que hoje envolve a toda a classe política como decorrência das manifestações poderosas da imprensa e da opinião pública.

Exemplo típico desse posicionamento é o recente relatório da "Enquete Kommission Vorsorge zum Schutz der Erdatmosphäre", uma comissão de inquérito do parlamento alemão destinada à proteção da atmosfera terrestre. A comissão esteve em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Ao visitar a Amazônia, em agosto de 1988, conheceu a região no período mais dramático das queimadas, chegando a enfrentar dificuldades com pousos e decolagens por causa da fumaça. Estas imagens, entre outras, marcarão tão fortemente a comissão que seu relatório está sendo recebido com perplexidade até pelos segmentos mais críticos da comunidade científica européia, pois suas recomendações são muito mais restritivas do que tudo o que já foi proposto. No caso dos clorofluorcarbonos, por exemplo, a comissão propõe a remoção de 95% da produção até 1996, enquanto o Protocolo de Montreal estabelece o nível de 50% em 1998 como a meta a ser alcançada. Evidentemente esta comissão não atendeu a eventuais pressões do setor industrial, apesar de ser a Alemanha um dos maiores produtores mundiais de clorofluorcarbonos. O curioso nesta comissão é que o seu presidente é o deputado Bernd Schmidbauer da coligação CDU/CSU, o grupo mais à direita do

espectro político alemão à época, o que reforça a tese do nível suprapartidário em que são tratadas as questões ambientais naquele país de forte liderança sobre os demais parceiros das comunidades européias.

Estes fatos e outros semelhantes colhidos em congressos sobre o tema e em reuniões com políticos daquele país dão-me a certeza de que não existe, nem direta nem indiretamente, qualquer articulação internacional que pretenda internacionalizar de qualquer forma a Amazônia. O que existe é uma enorme angústia coletiva diante do quadro dramático gerado todos os invernos aqui, pelas imagens reais das queimadas na Amazônia, o que choca a elevada consciência ecológica incorporada à cultura daqueles países.

Concordo com José Lutzenberger quando ele diz que o governo brasileiro, diante da verdade dos fatos, sem ter explicações convincentes a dar, apelo para o contrataque através dessa invenção que é a suposta internacionalização.

Faltou ao governo, mais uma vez, um estadista com credibilidade que assumisse os nossos erros com humildade mas que se dispusesse a negociar em alto nível, aproveitando a densidade da opinião pública mundial acerca da questão ambiental da Amazônia.

Está certo o governo, ao afirmar que os maiores responsáveis pelo efeito estufa são, de longe, os países de onde partem as críticas aos nossos grandes pecados ambientais. Mas é preciso aduzir que eles sabem disso, reconhecem essa condição publicamente através de seus políticos, técnicos e cientistas e, principalmente, promovem intensa atividade científica e tecnológica para buscar alternativas para as energias e produtos responsáveis pelo efeito estufa, redução da camada de ozônio e chuvas ácidas.

E nós, nem sequer aderimos ainda ao protocolo de Montreal sobre o uso de clorofluorcarbonos, o que nos daria um mínimo de força moral e diplomática para lutar pela aplicação das medidas estabelecidas no protocolo e por outras mais restritivas que já se impõe. Os clorofluorcarbonos são, em conjunto com o metano e o gás carbônico, os maiores agentes do efeito estufa. Em seguida vem a calcinação das florestas brasileiras, principalmente a amazônica.

WERNER E. ZULAUF, 52, engenheiro, foi secretário do Desenvolvimento Urbano do Estado de Santa Catarina e presidente do Cotesb-SP.